



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL**

**REGISTRO DE REUNIÃO**

<b>PAUTA</b>		
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Aprovação dos ajustes do Plano de Transformação Digital</b></li><li>• <b>Aprovação da Política de Backup e Restauração de Dados da UNIRIO (elaborada pela DTIC)- Relator: Diretor Paulo Roberto</b></li><li>• <b>Inclusão da pauta: solicitação de prioridade para aquisição de software de backup para inclusão na agenda</b></li></ul>		
<b>DATA</b> 14/12/2022	<b>HORÁRIO</b> 10h6min (início) 12:32 (término) Duração: 2h28min	<b>LOCAL</b> Via plataforma Jitsi Meet
<b>Participantes</b>		
<b>Nome</b>	<b>Setor</b>	<b>Cargo</b>
Loreine Hermida da Silva e Silva	PROPLAN/COPLADI	Pró-Reitora - Presidente do Comitê de Governança Digital
Paulo Roberto Pereira dos Santos	DTIC	Diretor DTIC - Coordenador Executivo do Comitê de Governança Digital
Evelyn Orrico	PROPGPI	Pró-Reitora
Alcides Guarino	PROGRAD	Pró-Reitor
Ricardo Magalhães	PROGEPE	Representante da PROGEPE
Anna Carla Muriz	Arquivo Central	Diretora
Thaís Zamba	PROAD	Representante da PROAD
Márcia Valéria	Biblioteca Central	Diretora
Cintia Santos	Biblioteca Central	Servidora da BC
Cinthia Fernandes	Biblioteca Central	Servidora da BC
Janaína Alves	Biblioteca Central	Servidora da BC
Sidney Lucena	Decania CCET	Decano
Mariana Araújo	Ouvidoria	Ouvidora
José Lidonês Borges	DTIC	Servidor da DTIC
Mateus Carvalho Soares de Souza	COPLADI	Divisão de Planejamento Estratégico
Ana Victória Guimarães	COPLADI	Divisão de Planejamento Estratégico
<b>Assuntos Tratados</b>		

- 1) Foi realizada a abertura da reunião pela Presidente do Comitê de Governança Digital (CGD), Professora Dra. Loreine Hermida.
- 2) A Presidente iniciou a sua fala agradecendo a presença de todos e apresentou a agenda da reunião. Em relação à primeira pauta, a Professora ressaltou que o Sr. Rommel, servidor da Secretaria de Governo Digital (SGD), solicitou poucas alterações e ajustes no Plano de Transformação Digital (PTD), que de um modo geral, reduziram as ações/serviços do Plano. Por isso, o intuito foi a aprovação do PTD com as alterações feitas de acordo com as solicitações.
- 3) Em seguida, a Presidente passou a palavra ao Servidor Mateus Souza, representante da Divisão de Planejamento Estratégico- COPLADI, que conduziu a reunião para a apresentação da primeira pauta citada acima. O servidor retomou qual seria a agenda e pontuou que essa é a 2ª Reunião Extraordinária do Comitê de Governança Digital (CGD) e apresentou alguns esclarecimentos, tais como:
  - Envio da 1ª versão do Plano de Transformação Digital (PTD) à Secretaria de Governo Digital (SGD/ME), aprovada pelo CGD, em 14/11/2022
  - 02/12/22: a SGD enviou algumas recomendações de alteração do PTD para que se pudesse dar andamento ao processo de pactuação;
- 4) Nesse momento, o Diretor da DTIC Paulo Roberto, perguntou se seria possível a inclusão de uma pauta sobre a solicitação à Pró-Reitoria de Administração (PROAD) de prioridade para aquisição de software de backup, já que a licitação ocorreu há mais de dois meses e ainda não foi adquirido. Além de justificar que, como trabalham com software livre, mostra-se necessária a garantia de que é seguro e atende às questões de segurança de informação.
- 5) Foi feita uma votação para a inclusão da seguinte pauta na agenda: “Solicitação da prioridade de aquisição de software de backup”. Com 9 votos a favor, a pauta foi aprovada.
- 6) Na sequência, o servidor Mateus Souza, mostrou que o primeiro ajuste solicitado pela SGD foi no Eixo 1: “Transformação Digital de Serviços”, quanto à nomenclatura dos serviços, a fim de se manter a padronização de acordo com o catálogo do Portal Gov.br. As recomendações basearam-se em:
  - Mudança de “Ingressar em cursos de Graduação” para “Matricular-se em cursos de graduação”
  - Mudança de “Obter diploma / certificado (1ª ou 2ª via) de pós-graduação” para “Obter diploma ou 2ª via de diploma de pós-graduação”.
  - Mudança de “Inscrever-se em Processo Seletivo para curso de pós-graduação” para “Participar de Processo Seletivo para curso de pós-graduação”.
  - A justificativa apresentada foi a de que “é importante manter a nomenclatura no portal conforme o catálogo, não como uma imposição, mas por decorrência de todo o trabalho de conscientização já realizado com outras Instituições Federais de Ensino as quais tiveram seus planos pactuados e terem aderidos à nomenclatura do catálogo, bem como para evitar um movimento de despadrãoização tendo em vista as pactuações em andamento”

- **Comentário/sugestão da SGD:** Independentemente da nomenclatura no portal [gov.br](http://gov.br), o Instituto pode manter a designação do serviço de acordo com a realidade da Universidade, tanto na descrição do serviço como em seu portal Institucional; **Sugestão:** possibilidade de, abaixo do nome do serviço no portal [gov.br](http://gov.br), figurar o nome que melhor seja identificado pela Universidade, com o preenchimento do Campo "Nomes Populares" ao editar o serviço.
- Em relação ao escopo do projeto do serviço: “**Inscriver-se em Processo Seletivo para curso de pós-graduação**”, a sugestão foi modificar de “transformação e integração” para “integração”. Com a **justificativa** de que “O fato de constar a existência de canal digital para o serviço subentende-se que seja do tipo Integração”

- 7) Quanto aos demais serviços apresentados, o representante da SGD afirmou que:
- Neste momento, somente os serviços constantes no catálogo serão objeto dos esforços para a transformação digital, visando o atendimento das metas da EGD;
  - A delimitação dos serviços focada no Catálogo visa, inclusive, facilitar as ações de Transformação Digital junto a Universidade e o disposto na EGD.
  - Reitera-se a inexistência de impeditivo para a Universidade digitalizar, manter e disponibilizar em seu portal os serviços que julgar pertinentes.
  - Os nove serviços retirados seriam: Consultar Portal de Laboratórios e Núcleos Acadêmicos; Consultar documentos do Arquivo Central; Consultar Projetos de Extensão; Consultar trâmite de processos no SIE; Portal Projetos de Pesquisa; Treinamentos online; Consulta ao catálogo de obras da BC e Visita virtual/guiada
- 8) Em relação ao Eixo 4, **quanto a designação dos editores:** para o cadastro, precisa-se das informações completas do CPF sem as quais não será possível habilitá-los no Portal Gov.Br.
- 9) Na sequência, abriram-se as inscrições, que se basearam nas seguintes colocações:
- a) O primeiro inscrito foi o Diretor Paulo Roberto, que perguntou se caso aprovada a redução dos serviços que ficaram no Plano de Transformação Digital, se seria espelhado somente os responsáveis desses serviços em específico. A Presidente respondeu que sim e que os que fossem retirados, não teriam mais os nomes e o CPF em evidência, como responsáveis por tais serviços.
  - b) Em seguida, foi dada a palavra à Professora Evelyn que elogiou o trabalho e perguntou se os ajustes feitos em relação ao serviço da PROPGPI, no que se trata dos certificados, como seria o tratamento com esses, já que é um documento que a Universidade tem grande responsabilidade. A outra dúvida foi se ela teria um novo tipo de acesso ao gov.br, já que ficaria como responsável pelos serviços da PROPGPI. Por fim, perguntou como seria utilizado o seu CPF, que ficaria em evidência. A Presidente respondeu que à cargo da PROPGPI, ficou apenas um serviço, de acordo com a lista e o catálogo dos serviços do Governo. A pessoa, com o CPF disponível na listagem, poderá atualizar o site com o novo serviço digital que possa aparecer, como por exemplo, no caso dos certificados. A professora Evelyn acrescentou que são documentos diferentes: a emissão de certificados e diplomas, que no caso são de responsabilidade institucional.

- c) O Diretor Paulo Roberto acrescentou que o governo entende que é aquilo que está no eixo do governo digital e que o certificado está voltado para o cidadão, como um serviço interno. O certificado continuará existindo, mas no portal da universidade e não no GOV.BR. O que está no GOV.BR é diretamente para quem é egresso, por exemplo. Em relação ao CPF, foi apresentado que é necessário ter o responsável de cada área para que se mantenha atualizado a página. A Professora Evelyn respondeu que os certificados também são solicitados pelos egressos e que ter essa responsabilidade na mão do Pró-Reitor não seria pertinente, mas sim da área de comunicação. Foi respondido que seria possível indicar alguém, servidor público, que também ficaria responsável por atualizar o GOV.BR. Por fim, a Professora Anna Carla perguntou se caso o Arquivo Central saia da lista de serviços, se deixa de participar da listagem dos CPFs. A Presidente respondeu que, caso a unidade não tenha mais serviços de transformação digital no PTD, não há necessidade de indicar um servidor para editar no GOV.BR.
- d) A Presidente solicitou que, para os que queiram adicionar mais representantes à listagem, era necessário que enviassem até o dia seguinte o nome completo e CPF e que o ideal seriam duas pessoas por unidade. Na DTIC, por exemplo, são três responsáveis.
- e) Na sequência, a Presidente sugeriu fazer a votação por partes: aceitação de todos os ajustes solicitados por Brasília ou apenas em partes. O Professor Sidney pediu a palavra para perguntar se dentro do catálogo de Brasília, o diploma abarca o certificado também para saber como ele poderia votar, já que não seria possível fazer essa consulta com eles, nesse momento. O Diretor Paulo Roberto sugeriu que se acrescentasse o nome “certificado” apenas na descrição do serviço. A professora citou ainda que foi avisado que a legislação mudará em maio de 2023 e que esse PTD em específico vigorará por pouco tempo.

- 10) Iniciou-se a seguinte votação: aprovação de todos os ajustes do Plano de Transformação Digital (PTD). Com 9 votos a favor e 1 voto contra, as sugestões de ajustes provenientes da SGD foram aprovados.
- 11) Ficou como encaminhamento o envio de dois nomes completos, o CPF, o telefone e e-mail institucional de quem entraria como responsável para a inclusão/alteração dos serviços no portal do GOV.BR, até o dia 15/12/2022 (quinta-feira).
- 12) A Presidente ressaltou também que, de acordo com os serviços removidos, saíram da listagem as seguintes unidades: PROPLAN, Arquivo Central, PROExC e Biblioteca Central.
- 13) A professora Evelyn perguntou o que está previsto de serviços para a PROPGPI para que ela possa passar para a sua equipe e, portanto, enviar os nomes pertinentes. A Presidente respondeu que as atividades diferem de Pró-Reitoria para Pró-Reitoria e que eles têm a liberdade de criar a lista que será atualizada pela PROPGPI.
- 14) Nesse momento, o servidor Mateus Souza mostrou os serviços que ficaram no PTD: Matricular-se em curso de graduação.; Obter diploma ou 2ª via de diploma de pós-graduação.; Obter diploma (1ª ou 2ª via) de pós-graduação; Participar de Processo Seletivo para curso de graduação (exceto SiSU); Participar de Processo Seletivo para curso de pós-graduação.

15) A Professora ressaltou que o governo obriga, pelo PTD, que os serviços sejam todos colocados e atualizados no Portal GOV.BR, então é obrigatório colocar no Portal o link dos serviços da Unirio. O servidor Mateus Souza demonstrou também como fica no Portal GOV.BR a listagem dos serviços da Universidade.

16) Em seguida, deu-se continuidade às inscrições:

- a) a Professora Evelyn citou que deveria ficar a cargo da Comunicação (COMSO), a atualização da divulgação de informações da universidade constantemente e que isso não deveria ficar sob responsabilidade das Pró-Reitorias. A Presidente respondeu que a COMSO não tem pessoal suficiente, já que gere a CPTO e que pode haver a alegação de que são muitos programas/serviços para divulgar.
- b) O Diretor Paulo Roberto explicou que não se trata de um Portal de Notícias e sim de um Portal de Serviços. Isso serve para o cidadão conseguir o acesso e ir direto aos portais disponíveis, que contém informações sobre o que poderá ser acessado digitalmente.
- c) A Professora Evelyn falou que, nesse caso, de se tratar de um assunto de planejamento, do que vai ser colocado em cada link, cabe ao gestor de cada unidade. Então, a demanda poderá ficar com os pró-reitores. A Presidente complementou com a fala de que a Carta de serviços já existe, com as atualizações e que agora tudo é descrito no Portal Gov.Br.

17) Foi feita uma nova votação para a aprovação geral do Plano de Transformação Digital. Com 10 votos a favor, o PTD foi aprovado por unanimidade.

18) Na sequência, o Diretor Paulo Roberto iniciou a apresentação da Política de backup e restauração de dados. Para isso, fez as seguintes colocações:

- a) Todas as áreas da DTIC trabalharam na construção da Política, que também é cobrada pela SGD, além da CGU. Por isso, mostra-se necessário frisar que ela foi criada e está sendo trabalhada, além de ter sido muito debatida a partir do que se recebe dos usuários;
- b) Uma vez aprovada a Política de backup e restauração de dados, será definido quem da equipe ficará responsável por cada item, os servidores que irão fazer backup e onde ficarão hospedados os sistemas, em todos os detalhes;
- c) As informações serão restritas aos responsáveis pelo backup dentro da DTIC. Na operacionalização do processo, poderão sofrer atualizações e mudanças, que também passarão a ser modificadas na política;

19) O Diretor Paulo Roberto finalizou e abriu para possíveis dúvidas sobre o assunto. Em relação às inscrições:

- a) A primeira inscrição foi a do professor Sidney, decano do CCET, que parabenizou o trabalho feito na Política. A sua primeira pergunta foi a se todos os serviços estão hospedados em datacenters da DTIC e se já entra dentro da Política de backup ou se será necessário que o servidor responsável pela unidade faça a solicitação do mesmo e o que exatamente entra dentro disso. A segunda dúvida foi em relação às questões de prioridade e quem faz, de fato, essa classificação, já que parece afetar a frequência do backup, como por exemplo, se

vai ser referencial, completa etc.

- b) O Diretor Paulo Roberto afirmou que tudo o que está hospedado na DTIC será feito a partir de um novo backup, com o base no que está na Política. Sendo assim, afirmou também que o CCET tem um caso especial, pelos dados que ficam hospedados no campus. Nesse caso, o gestor tem que solicitar a possibilidade de a DTIC fazer o backup e mostrar como será feito. O backup depende de várias ações, como o espaço suficiente e o gestor deverá informar os detalhes da unidade. Algumas variáveis devem ser consideradas, como por exemplo, a periodicidade e a criticidade, que será avaliada pela DTIC, por uma comissão técnica. No caso específico do CCET será feito automaticamente pela DTIC, ainda que a pretensão seja de passar a gestão para o campus. O gestor deverá preencher formulários e informar sobre a sua unidade.
- c) O Professor Sidney acrescentou que está como representante dos outros centros e por isso, se faz necessário entender quais os procedimentos. Para exemplificar, ele cita que o decano do CLA já citou que precisa de espaço para vídeos, que essa é uma demanda urgente e específica de lá. O Diretor Paulo Roberto citou que em algum momento será necessário definir o tratamento e o armazenamento dos vídeos. Todas essas questões estão em aberto, para serem discutidas internamente e tratadas na Política.
- d) A Presidente ressaltou que se trata de uma Política e que as diretrizes para armazenamento de vídeos e fotos, por exemplo, podem ser feitas olhando para o cenário em que trabalham, que no caso é a universidade, sendo passível de debates e alterações.
- e) A Professor Márcia Valéria, da Biblioteca Central agradeceu ao Diretor Paulo Roberto pela apresentação da Política e afirmou que essa é uma demanda antiga da Biblioteca, já que cuidam de tantos suportes, realidades distintas, bancos de dados, metadados, documentos na íntegra, redes sociais, processos e outros documentos administrativos. Sendo assim, precisam de muitas recomendações. A partir dessa Política de backup e da Política disponibilizada pelo Arquivo Central, conseguem elaborar a própria, internamente. A dúvida, nesse caso, foi em relação à situação da Unirio com as redes de backup externas à Universidade, como a Rede Cariniana, que disponibilizam os periódicos. A outra pergunta foi sobre as tabelas de atualização de tecnologias e de suporte de informação, se ficará a cargo dos setores ou da Universidade como um todo.
- f) O Diretor Paulo Roberto afirmou que a Política é mais abrangente e traz quanto tempo um determinado serviço pode ficar ausente, mas que os backups todos são feitos pela DTIC, de forma interna. O software é antigo, sem atualizações, mas são feitos. Já a Rede Cariniana guarda mais a parte da Biblioteca e do acervo, de forma “fatiada” o backup das instituições, enquanto o que é tratado nessa Política elaborada pela DTIC, traz mais as questões de armazenamento, restauração e segurança.
- g) A Diretora Márcia Valéria explicou que a Rede Cariniana é nacional e que a participação da Unirio é um seguro a mais. Sendo assim, o Diretor Paulo Roberto rebateu que pode ser discutido no Comitê de Governança Digital se a rede é importante trazer para a Universidade ou não. A Diretora acrescentou que na Biblioteca existem dados e documentos que não conseguem ser lidos porque faltam atualizações, já que os computadores mais modernos não conseguem ler. Segundo o Diretor Paulo Roberto, isso não faz parte da Política de backup, que existe para restaurar os dados e que só a DTIC tem acesso, por isso a unidade pode ser acionada quando existe algum pedido e que se faz necessário

normatizações dessas atualizações.

- h) A Presidente afirmou que existe uma Política de preservação e que o Arquivo Central também cuida desse item. O Diretor Paulo Roberto frisou que quando chega uma demanda de acervo bibliotecário, por exemplo, ou algo relacionado ao Arquivo Central, é direcionado à unidade correspondente.
- i) A Professora Anna Carla parabenizou à DTIC pelo trabalho e ressaltou que entende que esse é um trabalho conjunto, que precisam de discussões e que a Política do Arquivo Central contará com diretrizes para esses materiais. A pergunta foi sobre o descarte da mídia, já que existem legislações que tratam sobre essa preservação. Por isso, é necessário que o descarte seja só da cópia e que se preserve o setor de origem e que é preciso seguir as legislações.
- j) O Diretor Paulo Roberto explicou que o descarte da mídia não é descarte de dados, que é importante que os backups estejam sempre atualizados e que o capítulo sobre o descarte é para frisar que os dados não são eternos e nenhum dado será descartado sem a autorização do gestor. A Presidente citou que a preocupação da Professora Anna Carla é pertinente, já que tem vários itens que para serem descartados, precisam constar no Diário oficial. Além da legislação não ser específica e constantemente serem modificadas.
- k) O Professor Sidney pediu a palavra para fazer alguns esclarecimentos. Em seu entendimento, definiu o backup como uma cópia de segurança, o que parece ser diferente do armazenamento, que deve ser para a vida inteira e que entraria para o escopo do Arquivo Central. A cargo da DTIC fica o escopo de segurança, com a restauração de dados que devem ser resguardados ou que não conseguem ser acessados, por algum motivo e por isso, precisam de suporte. Sendo assim, a DTIC é acionada quando precisa dessa ajuda, diferente do caso do Arquivo Central, que guarda os dados e documentos. O Diretor Paulo Roberto agradeceu e corroborou com a afirmação ao explicar que a Política trata da segurança, da recuperação e restauração de dados, que voltam exatamente ao arquivo original.
- l) A Professora Anna Carla ressaltou a necessidade de diferenciar essas duas questões e citou algumas das demandas que recebe na unidade.
- m) O Diretor Paulo Roberto citou o artigo 2º da Política, ressaltando que tudo o que o servidor tem no drive pessoal, não é de responsabilidade da DTIC, já que a Universidade pode armazenar informações, mas as especificidades devem ser definidas dentro da instituição. Esse capítulo refere-se à guarda de documentos, que são garantidas pela unidade. O que está no computador do usuário, por exemplo, a DTIC não sabe, mas o que for inserido no SEI, por exemplo, ficará resguardado por eles.
- n) A Diretora Márcia Valéria sugeriu uma rodada de discussão para saber quais unidades demandam esse serviço mais detalhado, já que a Biblioteca tem muitas dúvidas e que não foram esclarecidas ainda. Sendo assim, a proposta seria a votação da Política de backup e restauração de dados apenas após serem sanadas as dúvidas, já que a unidade também é digital e precisa das especificidades bem definidas.
- o) O Diretor Paulo Roberto respondeu que o armazenamento de cada informação, de cada dado será debatida pela unidade gestora da informação, que definirá as especificidades, enquanto a DTIC aceitará. Se houver algum tipo de desentendimento, será discutido no CGD.
- p) A Presidente ressaltou que a Política é o instrumento maior e por isso não precisa estar detalhada e que as especificidades e diretrizes fiquem a cargo das unidades e seus gestores, em um documento que complemente a Política.

- q) O Diretor Paulo Roberto frisou o artigo 10 da Política, que demonstra as especificidades que cada unidade e a área definirão e serão levadas à DTIC. Nesse documento ficou o aparato geral, em relação à restauração de dados e backup. A DTIC só tem os dados contidos no GLPI, os dados tratados são os de guarda da DTIC e não os específicos de cada unidade organizacional. O sistema da Sophia, por exemplo, está inserido na Política.
- r) O servidor Alexandre Borges explicou que a percepção da Política foi equivocada, já que se trata de um documento institucional e demonstra um serviço disponibilizado para a instituição, seja para qualquer unidade, que terão direito através de uma solicitação. Além de frisar que corresponde à Universidade como um todo. A unidade pode fazer a solicitação, que vai ser atendida pelo responsável encarregado e especialista na DTIC, que vai analisar os critérios, debater as questões específicas para posterior execução do serviço. A Política é generalizada, vai atender a qualquer demanda. O usuário será esclarecido e terão critérios técnicos e operacionais.
- s) O Professor Sidney afirmou que pode ser eficiente trazer os serviços que são atualmente considerados hospedados pela DTIC, já que nem todos têm esse conhecimento e que talvez assim, fique mais esclarecido. A ideia foi demonstrar, a partir de um exemplo de serviço, como se dá esse procedimento de solicitação.
- t) A Presidente concordou com o Professor Sidney, agradeceu a explicação do Alexandre e citou que, de maneira generalista, todas essas questões já estão dispostas na Política. Além de ressaltar que caso cada unidade queira discutir posteriormente algum item específico, faça o uso das diretrizes e eixos.

20) Em seguida, iniciou-se a votação para a aprovação da Política de backup e restauração de dados. Com 7 votos a favor e 1 contra, a Política foi aprovada.

21) A última votação e último ponto da agenda foi a solicitação de prioridade à PROAD para aquisição de softwares para backup pela DTIC. Com 8 votos a favor, foi aprovado por unanimidade.

22) Em seguida, a Presidente agradeceu a presença de todos, concluiu a aprovação do Plano de Transformação Digital (PTD), da Política de backup e restauração de dados e encerrou a 2ª Reunião Extraordinária do Comitê de Governança Digital (CGD).

<b>Ações</b>		<b>Responsáveis</b>
Envio de dois nomes para serem colocados como responsáveis na listagem do PTD- até dia 15/12/2022		<b>PROGRAD e PROPGPI</b>
Envio do Plano de Transformação Digital para Brasília		<b>Copladi</b>
Envio da ata, do memorando e ofício para a PROAD para aquisição de softwares		<b>Copladi e DTIC</b>
<b>Autenticação</b>		
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO Ana Victória Guimarães	DATA 19/12/2022	ASSINATURA:
REVISADO POR: Mateus Souza		